

presente reconhecimento de qualificação é válido por um ano, após prévia auditoria.

de Maio de 1999. — O Vice-Presidente, *Eduardo Farinha*.

As actividades e a respectiva lotação máxima autorizadas são as seguintes:

Actividades — lar de 3.ª idade;
Lotação máxima — 9 utentes.

6 de Julho de 1999. — O Presidente do Conselho Directivo, *Manuel Martins Alves*.
0-2-112 742

Direcção-Geral da Acção Social

Declaração

Declara-se, em conformidade com o disposto no Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro, e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 778/83, de 23 de Julho, que se procedeu ao registo definitivo dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública.

A Fundação foi reconhecida por despacho de 6 de Julho de 1999, do Secretário de Estado da Inserção Social e o respectivo registo foi lavrado em 16 de Julho de 1999, pela inscrição n.º 26/99, a fls. 189 e 189 v.º do livro n.º 5 das Fundações de Solidariedade Social.

Dos estatutos consta, nomeadamente, o seguinte:

Denominação — Fundação Octávio Maria de Oliveira.

Sede — Quinta da Ramalhosa ao Casal de São João, Vila Nova de Oliveirinha, Tábua.

Fins — prevenir, compensar e resolver problemas que afectam as pessoas, famílias e a comunidade de Tábua no seu todo, assegurando especialmente resposta no âmbito da acção social em articulação com as áreas de educação, formação profissional e da saúde, podendo alargar o seu âmbito de acção aos concelhos limítrofes.

23 de Julho de 1999. — Pela Directora-Geral, o Director de Serviços, *António M. M. Teixeira*.
9-2-4404

TRIBUNAIS

2.º JUÍZO CÍVEL DA COMARCA DE SANTA MARIA DA FEIRA

Anúncio

Dr.ª Maria Eugénia Martins Pedro, meretíssima juíza de direito do 2.º Juízo Cível da Comarca de Santa Maria da Feira:

Faz saber que correm termos, neste juízo, uns autos registados sob o n.º 282.99, em que é requerente Banco Português do Atlântico, e nos quais, por sentença de 25 de Junho de 1999, foi o requerido Joaquim Oliveira Moutinho, com sede no lugar do Pego, São Paio de Oleiros, declarado em estado de falência, tendo sido fixado o prazo de 25 dias, o qual começa a contar a partir da data da publicação do anúncio no *Diário da República*, para a reclamação de créditos.

Mais, se faz constar que a acção deu entrada neste Tribunal no dia 19 de Abril de 1999.

28 de Junho de 1999. — A Juíza de Direito, *Maria Eugénia Martins Pedro*. — A Oficial de Justiça, *Graça Maria da Silva Gomes*.
0-2-112 758

3.º JUÍZO CÍVEL DA COMARCA DE GONDOMAR

Anúncio

Acção de prestação de contas n.º 86/97/S — 3.º Juízo Cível.

Requerentes — Constança Margarida Pinto Alves e Joaquim Costelha Pereira Cardoso, residentes na Rua da Professora Filomena Monteiro, 158, 5.º, esquerdo, Valbom, 4420 Gondomar.

Faz-se saber que na acção de prestação de contas, acima identificada, correm éditos por 10 dias, contados da publicação do anúncio, notificando os credores e aqueles falidos para, no prazo de cinco dias, posteriores ao dos éditos, pronunciarem-se sobre as contas apresentadas pela liquidatária judicial, Dr.ª Paula Peres.

2 de Julho de 1999. — A Juíza de Direito, *Lina Castro Baptista*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Emília Magalhães*.
0-2-112 770



0-2-112 766

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Direcção-Geral da Saúde

Hospital Distrital da Covilhã

Aviso

Prestação de serviços (avença) médicos para serviço de urgência

público que, nos termos do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 41/85, de 29 de Julho, e ainda de acordo com o n.º 1 do artigo 55/95, de 29 de Março, se pretende abrir para celebração de contrato de prestação de serviço (avença) médicos para o serviço de urgência do Hospital Distrital da

trato terá a duração de seis meses, podendo ser tacitamente renovado por iguais e sucessivos períodos, sem prejuízo da sua cessação nos termos legalmente definidos.

A remuneração ilíquida corresponderá à prestação de serviços de

ta-feira:

Das 20 às 8 horas — 80 500\$.

mingos e feriados:

Das 8 às 20 horas — 83 125\$;

Das 20 às 8 horas — 86 625\$;

Das 14 às 20 horas — 41 125\$.

o lugar a quaisquer outros suplementos ou complementos

de trabalho é no serviço de urgência do Hospital Distrital

o processo de candidatura deverá ser entregue na Repartição de

o Hospital, sito no Alto de Santa Cruz, 6200 Covilhã, ou pelo correio no prazo de cinco dias úteis, a contar da data da

Junho de 1999. — O Presidente do Conselho de Administração, *José Casteleiro Alves*.
0-2-112 765

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE

Região de Segurança Social do Norte

Alvará n.º 203

os se faz saber que, ao abrigo do n.º 2 do artigo 133-A/97, de 30 de Maio, é emitido o alvará de estrutura e funcionamento de um lar de 3.ª idade, sito na Rua da Pena, 200, fre-
Maia, concelho da Maia, distrito do Porto, e sociedade comercial.